



## Veredas atemática Volume 18 nº 2 – 2014

---

### **Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora e Dinâmica de Forças**

Paulo Roberto Gonçalves Segundo (USP)

**RESUMO:** Este artigo visa a discutir a possibilidade de convergência entre a Linguística Cognitiva e a Análise Crítica do Discurso, mostrando de que maneira as categorias propostas pela primeira podem auxiliar na depreensão de padrões discursivos, genéricos e estilísticos e na desconstrução de representações hegemônicas e ideologias, objetivos fundamentais para um estudo crítico-discursivo. Para tal, propôs-se analisar o artigo de opinião *Basta*, de autoria do filósofo Luiz Felipe Pondé, na *Folha de S. Paulo*, a partir das abordagens da Metáfora Conceptual (Lakoff & Johnson, 1980; Grady, 2007), da Integração Conceptual (Fauconnier & Turner, 2002; Grady, 2007) e da Dinâmica de Forças (Talmy, 2000; Hart, 2014), componentes que permitem ao pesquisador investigar de que modo a voz autoral instancia pistas linguístico-discursivas orientadas para que o leitor reconstrua o significado a partir de um dado posicionamento ideológico. No caso da análise em questão, pôde-se verificar que predominaram as metáforas que mapeavam um domínio-fonte biopatológico para um domínio-alvo sociopolítico, o que estimula que se conceptualizem as medidas de justiça social como pragas, e o governo, como parasita. Além disso, destacaram-se os padrões de força relativos a bloqueios como forma de marcar potenciais traços de fascismo nas atitudes governamentais.

Palavras-chave: metáfora conceptual; integração conceptual; dinâmica de forças; linguística cognitiva; análise crítica do discurso.

### **Introdução**

A vertente crítica dos estudos discursivos encontra-se em um momento de intensa difusão nas Ciências Humanas contemporâneas. Assumindo-se interdisciplinar — ou, pelo menos, multidisciplinar —, a abordagem busca a efetivação de um exame minucioso da semiose, considerando, por um lado, sua integração às práticas e à estrutura social, o que

inclui os processos por meio dos quais os textos são produzidos, distribuídos e consumidos e, por outro lado, a sua instânciação por meio de padrões multimodais responsáveis pela ativação de sentidos que refratam, segundo Fairclough (2003), modos de conceber a realidade (*discursos*), de agir interacionalmente (*gêneros*) e de configurar a identidade individual e social (*estilos*).

Dada a abrangência e a complexidade dos fenômenos estudados, além da orientação interdisciplinar e do posicionamento ideológico que preconiza a crítica social, a Análise Crítica do Discurso (ACD) apresenta-se como um programa de pesquisa heterogêneo. No Brasil, destacam-se dois grandes modelos: 1. o proposto por Norman Fairclough (2003, 2010), que assume como fonte sociológica o Realismo Crítico (BHASKAR, 1986; 1989) e como instrumental analítico a Linguística Sistemico-Funcional (HALLIDAY, 2004; MARTIN; WHITE, 2005), focando nas relações entre as práticas sociais e a construção textual no que se refere à constituição de hegemonias pela linguagem; e 2. a abordagem sociocognitivista de van Dijk (1999, 2003), orientada para as relações entre ideologia, conhecimento e discurso, reservando especial atenção para as estratégias micro e macro-textuais de dominação articuladas pelos grupos detentores de poder em relação às minorias<sup>1</sup>. Contudo, o autor não assume as categorias analíticas da teoria conhecida como Linguística Cognitiva (LC) para a análise dos dados, como bem aponta Hart (2011).

O objetivo deste artigo consiste justamente em fomentar o diálogo, no Brasil, entre a LC e a ACD, avançando, no país, a convergência já realizada em Hart (2010, 2014), Dirven, Polzenhagen e Wolf (2007), Koller (2005), dentre outros. Longe de propor um abandono das perspectivas funcionalistas, que estão orientadas para o processo de produção de significado, assumindo como base as opções realizadas por falantes e escritores na representação da realidade e na negociação intersubjetiva de suas perspectivas, o que se deseja suscitar é um debate acerca da possível integração da abordagem cognitivista como instrumental analítico complementar para a análise discursivo-textual. Isso se deve ao fato de que esse modelo se volta para o exame dos padrões subjacentes à construção do significado, assumindo uma relação triádica entre língua, cérebro e sociedade. Em consequência disso, suas categorias analíticas permitem depreender de que maneira o leitor/ouvinte é instruído a conceptualizar cenas e eventos, a partir das pistas deixadas pelos produtores na construção discursiva, considerando a integração constitutiva entre a linguagem e as outras capacidades humanas, como a atenção, a percepção, a memória, a perspectivização, a categorização, dentre outras.

Isso posto, este artigo encontra-se estruturado do seguinte modo: na primeira seção, são apresentados os pressupostos gerais da Linguística Cognitiva, buscando mostrar de que forma tal perspectiva pode ser integrada aos estudos crítico-discursivos, considerando o modelo de Fairclough (2003); na segunda parte, são introduzidas as noções de metáfora e mesclagem conceptuais, além do princípio cognitivo de Dinâmica de Forças; na terceira, analisa-se o artigo de opinião *Basta*, de Luiz Felipe Pondé, atentando para os fenômenos discutidos na seção anterior; por fim, tecem-se comentários finais acerca do diálogo aqui proposto e sugestões para novos estudos.

---

<sup>1</sup> São inúmeros os pesquisadores que se dedicam aos estudos crítico-discursivos no Brasil; logo, qualquer listagem seria reducionista. Para uma introdução ao assunto, ver Resende & Ramalho (2006) e Melo (2012).

## 1. Cognição e Discurso: apontamentos iniciais para uma convergência teórico-metodológica

A Linguística Cognitiva (LC) consiste em uma nova abordagem científica, surgida na década de 80, que busca explicar, por um lado, o funcionamento da linguagem em uso e, por outro, a relação entre a língua e as outras capacidades cognitivas humanas, por meio da apreensão tanto dos mecanismos e dos princípios que levam à emergência dos sistemas linguísticos quanto dos padrões construcionais que os configuram e que são ativados, de forma mais ou menos provável, nos diversos contextos situacionais nos quais os atores sociais — entendidos como conceptualizadores — estão engajados para a produção de sentido. Nessa linha, destacam-se os trabalhos precursores de Lakoff e Johnson (1980) acerca da Teoria da Metáfora Conceptual, a Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1991, 2008), a proposta de Fauconnier (1994) sobre Espaços Mentais e a de Fauconnier e Turner sobre Mesclagem Conceptual (2002), além da Semântica Cognitiva de Talmy (2000).

Em decorrência dessa agenda, a LC assume o significado como aspecto central da constituição da linguagem. Segundo Geeraerts (2010), uma abordagem cognitivista do significado implica concebê-lo como inerentemente perspectivizado, enciclopédico e não autônomo, flexível e dinâmico, além de baseado no uso e na experiência. Tal posicionamento permite o estabelecimento de diálogos com o programa crítico-discursivo, na medida em que a ACD, ao preconizar a descrição e análise das ideologias, dos gêneros e dos estilos, buscando desmistificar as relações de poder, parte necessariamente de uma concepção de significado que se coaduna — ou até coincide — com o que propõe a LC.

Se é baseado no uso e na experiência, o significado só pode ser concebido como resultado de uma construção que é, por um lado, de ordem sociointeracional e, por outro, de ordem cognitivo-perceptual, o que pressupõe conceptualizadores engajados em atividades cooperativas, ou seja, na realização de práticas intencionais em contextos específicos a partir de modelos cognitivos dinâmicos capazes de possibilitar a adaptação contínua do indivíduo às demandas interacionais. Tal entendimento referenda as concepções de Fairclough, Jessup & Sayer (2010), para quem a *semiose* consiste na produção intersubjetiva de significado cujo resultado empírico é o texto, uma instância real de uso que é, simultaneamente, estruturada pelo social e socialmente estruturante. O potencial da abordagem cognitivista, nesse caso, consiste em fornecer ferramentas teóricas e analíticas — como as noções de *frame*, Modelo Cognitivo Idealizado e Esquema Imagético (CIENKI, 2007) — que permitam entender como as estruturas pré-conceptuais e conceptuais humanas intermedeiam a relação entre o potencial e a abstração sistêmica, por um lado, e a concretude e a instanciação textual, por outro.

É nessa complexa relação — a que os systemicistas (HALLIDAY, 2004) denominam *instanciação* — que é possível compreender o postulado de que o significado é flexível e dinâmico. Um dos objetivos da ACD, preconizado por Fairclough (2010), consiste na conscientização linguística, na desconstrução dos significados atualizados nos textos para a denúncia das relações de poder subjacentes que contribuem para a manutenção da opressão em relação a grupos minoritários, de modo a capacitá-los para a resistência. Tal tarefa só é exequível na medida em que o significado seja visto como passível de reconfiguração a cada evento interacional e como decorrente das opções de construção dos conceptualizadores. Assim, novas estruturas sintático-semânticas e novas associações metafóricas e metonímicas podem emergir do evento interacional, auxiliando na promoção de concepções alternativas de realidade, que podem ser enraizadas a serviço de posicionamentos ideológicos de resistência, muito embora esse mesmo mecanismo possa ser utilizado para a manutenção do *status quo*.

A adesão de determinadas construções e significados a ideologias, entendidas como padrões de significação que legitimam assimetrias de dominação (GIDDENS, 2009), requisita uma concepção enciclopédica de significado, ou seja, uma visão de que os significados estão conectados em redes, na qual uma entrada pode atuar como elemento contextualizador no que se refere à ativação e à recuperação de outros significados a ela associados, a partir de probabilidades ligadas a protótipos. Em outros termos, a emergência de um termo como *aborto* ativa não somente o significado prototípico ligado à prática — interrupção da gravidez —, mas uma série de outros significados que variam de *assassinato* a *emancipação feminina*. Tais significados associados não são, entretanto, recuperados com igual probabilidade para todos os falantes — a ativação de um ou outro estará diretamente relacionada com as experiências de uso dos atores sociais e, portanto, com seus posicionamentos ideológicos e suas representações sociais.

Tais considerações levam, finalmente, ao aspecto fundamental da significação: a perspectivação. Todo texto pressupõe um conceptualizador que construa seus enunciados a partir de um determinado ponto de vista, estruturando a cena, os eventos e a relação entre eles de forma a distribuir atenção para o que julgar mais pertinente e assumir maior ou menor responsabilidade ou comprometimento diante do que enuncia. A perspectiva permite ao falante situar sua representação da realidade a partir de um dado contexto, simulando maior ou menor objetividade, estimulando solidariedade ou exacerbando poder, minimizando ou maximizando as avaliações instanciadas, enfocando aspectos parciais da polissemia inerente às construções linguísticas. Em outras palavras, é por meio da nossa capacidade de perspectivação que se torna possível a constituição, a manutenção e a confrontação das ideologias, das representações, dos gêneros e dos estilos.

Nesse sentido, é coerente afirmar que questões que envolvem a perspectivação são fundamentais para a compreensão dos processos de construção discursiva e, portanto, dos recursos utilizados para a manutenção ou para a confrontação de hegemonias de significação. Estudar tal fenômeno é, pois, crucial para a ACD, uma vez que o seu principal objetivo é combater as perspectivas de significado que, de alguma forma, limitem o potencial humano, constringam sua capacidade de ação e induzam à exploração de determinados grupos sociais em detrimento de outros. E, para a efetivação desse objetivo, o aparato da LC pode revelar-se como um instrumento extremamente produtivo, conforme defendem Dirven, Polzhen & Wolf (2007, p. 1224), partindo da premissa de que a ideologia envolve aspectos conscientes e inconscientes,

It is the particular strength of Cognitive Linguistics that it allows for and aims at an analysis of ideology on both levels. What both levels share is the notion of perspective. Cognitive Linguistics thus relates “ideology in language” to conceptual and linguistic phenomena that establish specific, though often unconscious, perspectives on the world [...] or predispose speakers to such perspectives. (DIRVEN; POLZHENHAGEN; WOLF, 2007, p. 1224)

Essa força, evocada pelos autores, deriva de uma série de propostas teóricas e de categorias analíticas que permitem ao analista “modelar a construção de um espaço conceptual intersubjetivo do qual participam, em conjunto, tanto o falante quanto o ouvinte no desenvolvimento do discurso” (HART, 2014, p. 189)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> No original: “[...] modelling the construction of an intersubjective conceptual space jointly attended to by both the speaker and hearer in the course of discourse”.

Hart (2010, 2014) é um dos principais autores que busca integrar propostas oriundas da LC para a análise discursiva, destacando não só categorias ligadas à Semântica Cognitiva, mas também à Gramática Cognitiva, propondo uma tipologia de operações de perspectivação conceptual (*construal*) envolvida na atividade discursiva: a esquematização, ligada ao sistema de *Gestalt* e à estratégia de Configuração Estrutural; a categorização e a metáfora, associadas ao sistema de Comparação e à estratégia de Enquadramento; o foco, a granularidade e o quadro de visualização (*viewing frame*), concernentes ao sistema de Atenção e à estratégia de Identificação; e, por fim, o ponto de vista e a dêixis, vinculados ao sistema de Perspectiva e à estratégia de Posicionamento.

Para este trabalho, serão enfocadas, em especial, as operações de metaforização, a partir de pressupostos da Teoria dos Espaços Mentais e da Integração Conceptual (FAUCONNIER; TURNER, 2002), e de esquematização, tomando como base o modelo de Dinâmica de Forças, desenvolvido no seio da Semântica Cognitiva de Talmy (2000).

## 2. Metáfora e Dinâmica de Forças

A convergência entre os estudos sobre Metáfora Conceptual e as esferas argumentativa e crítico-discursiva já vêm sendo explorada há cerca de uma década (CHARTERIS-BLACK, 2005; KOLLER, 2005; CHILTON, 2005; VEREZA, 2007; PALUMBO, 2013), diferente do que se pode afirmar acerca da categoria de Dinâmica de Forças, ainda pouco investigada tanto em termos de descrição linguística quanto em termos de aplicação para a análise discursivo-textual no Brasil, muito embora haja relevantes trabalhos, em língua inglesa, que se valem de tal diálogo, como os de Hart (2010, 2014) e de Oakley (2005).

O embrião da Teoria da Metáfora Conceptual encontra-se em *Metaphors we live by*, publicado por Lakoff e Johnson, em 1980. Nessa importante obra e em textos subsequentes, os autores demonstram que a metáfora — antes entendida como figura de linguagem prototípica do campo artístico ou como artifício retórico — se configura em um padrão de associação conceptual entre domínios cognitivos que permitem compreender fenômenos abstratos e complexos a partir de experiências sensorio-perceptuais concretas, configurando-se, portanto, em um fenômeno de pensamento que é essencial ao ser humano e que pode ser expresso em uma variedade de modalidades semióticas, e não apenas pela língua.

Eles argumentam que o processamento metafórico ocorre por meio de um mapeamento entre um domínio-fonte, prototipicamente corporificado, uma vez que é derivado de esquemas imagéticos<sup>3</sup> potencialmente universais, e um domínio-alvo, mais abstrato, não corporificado, que consiste na experiência a que se pretende explicar por meio da metáfora. Assim, em um enunciado como *Essa matéria não entra na minha cabeça*, tem-se que

---

<sup>3</sup> Para Lakoff (1987, p. 14), um Esquema Imagético consiste em “um padrão dinâmico e recorrente de interação perceptual e programação motora que dá coerência e estrutura à experiência humana”, constituindo-se, assim, na “matéria-prima” para a formação de Modelos Cognitivos Idealizados. Esses, por sua vez, são entendidos como meios de organização do conhecimento de acordo com os princípios estruturantes da cognição e são derivados da capacidade humana de abstrair padrões pertinentes de cenas e eventos, naturalmente complexos em termos de sua instanciação no mundo, proporcionando aos indivíduos a competência para interpretar situações e reagir adequadamente em face das distintas práticas sociais em que se envolvem (CIENKI, 2007). Ferrari (2011) lista como exemplos de esquemas imagéticos: ESPAÇO, ESCALA, CONTÊINER, FORÇA, UNIDADE, MULTIPLICIDADE, IDENTIDADE e EXISTÊNCIA.

CONHECIMENTO É CONTEÚDO, CABEÇA<sup>4</sup> É CONTÊNER e AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO É PREENCHIMENTO DE CONTÊNER, relações nas quais o primeiro elemento do par atualiza o domínio-alvo, e o segundo, o domínio-fonte.

Uma teorização alternativa para a explicação das metáforas — ainda que não restrita a tal fenômeno — consiste na proposta de Integração ou Mesclagem Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002), baseada na noção de Espaço Mental (EM). Espaços mentais são conjuntos coerentes de informação acionados em um dado momento (GRADY, 2007), ‘pacotes’ conceptuais gerados dinamicamente no desenvolvimento da interação ou do pensamento introspectivo, viabilizando a compreensão e a ação localizadas por meio das interconexões emergentes de sua contínua estruturação e reestruturação (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Em termos neurológicos, eles podem ser interpretados como conjuntos de agrupamentos neuronais ativados para a produção e para a compreensão linguística situada, e suas interconexões, como padrões de co-ativação entre tais agrupamentos (FAUCONNIER, 2007).

Assim, em uma construção metafórica, são ativados quatro EM: dois de entrada (*input spaces 1 e 2*), um genérico (*generic space*) e um mescla (*blend space*). Nos espaços iniciais, *input 1 e 2*, localizam-se as informações de diferentes *frames*<sup>5</sup> que serão mapeadas entre si (*cross-space mapping*). Essas informações são, então, organizadas no *espaço genérico*, que passa a conter os elementos comuns aos dois espaços iniciais, levando ao surgimento de uma estrutura abstrata compartilhada entre ambos. O *domínio mescla*, por sua vez, emerge das operações realizadas e reúne elementos projetados dos *inputs*, tendo em vista a compatibilização construída no espaço genérico. O resultado final tem uma estrutura própria que pode excluir determinados dados dos *inputs* e/ou acrescentar dados advindos dos *frames* associados a cada espaço inicial.

Grady (2007) ressalta que o modelo de mesclagem é mais abrangente que o modelo de metáfora conceptual, por permitir explicar, de modo mais produtivo, tanto a emergência de metáforas complexas, como as alegorias, quanto a possibilidade de reconceptualização de domínios-fonte a partir de domínios-alvo, quando uma nova metáfora é instanciada. Além disso, trata-se de uma abordagem dinâmica do processamento linguístico, o que seria mais condizente com a natureza da atividade cognitiva humana.

Por fim, a Dinâmica de Forças consiste em um princípio de estruturação cognitiva, relacionado à experiência corporeada de movimentação e de pressão, responsável pela emergência de diversos fenômenos linguísticos associados à esquematização de cenas, conforme propõe Hart (2014). Talmy (2000) aponta que o modelo permite generalizações a partir de uma extensão da noção de causatividade, que abrange desde o uso de subconjuntos de conjunções, preposições, verbos e modalizadores, até a instanciação componentes do nível discursivo, como o direcionamento da orientação argumentativa e das expectativas.

Hart (2010) reforça a ideia de que a Dinâmica de Forças não consiste em um modelo restrito ao domínio das interações físicas, uma vez que seus componentes podem também ser utilizados para explicitar relações sociodinâmicas, intra e interpsicológicas, atuando tanto na representação quanto na legitimação do discurso. Nesse sentido, é possível que tal princípio esteja na base de nossa conceptualização acerca de interações sociais e legais. Nagel & Waldmann (2012) referendam a hipótese de que o modelo possa apresentar-se como base para

---

<sup>4</sup> Embora não seja o foco deste artigo, deve-se considerar que *cabeça*, neste exemplo, é metonímia de *cérebro/encéfalo*.

<sup>5</sup> Cienki (2007) aponta que existe muita divergência no que se refere à noção de *frame*. Entretanto, assinala que as abordagens convergem quanto à concepção de que se trata de um esquema de conhecimento que guia e estrutura o uso da linguagem. Subjaz a essa formulação o entendimento de que o *frame* organiza a rede enciclopédica de significados atrelados a um dado EM.

conceptualizações complexas e, a partir de uma perspectiva psicológica, propõem que a interação entre forças esteja na base de nossas intuições morais.

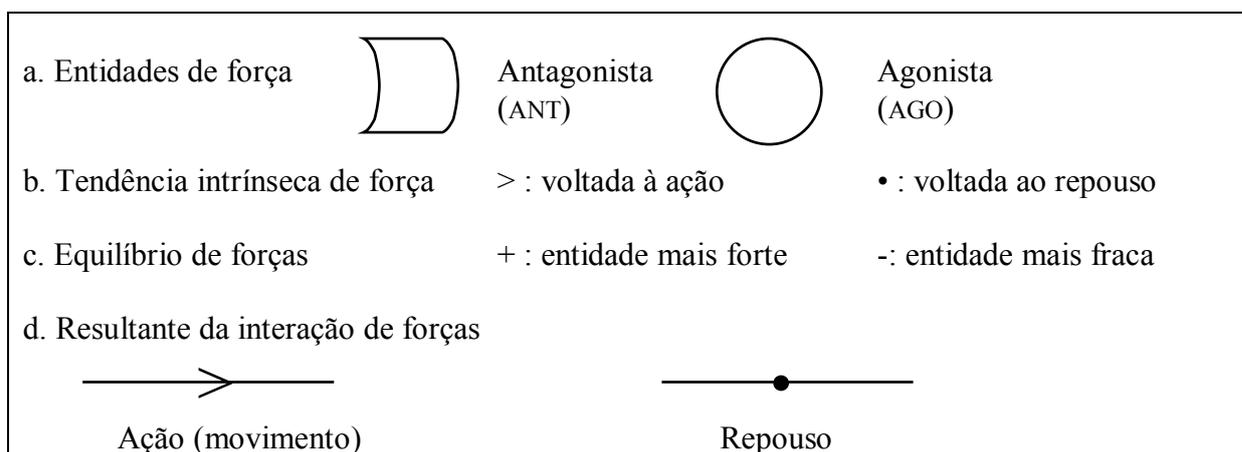
Oakley (2005, p. 467), por sua vez, expõe claramente o potencial do modelo para a análise retórico-discursiva:

Force dynamics is a schematic imaging system for *construing* discourse actors in relation to one another, and therefore offers a useful perspective and method of understanding how specific linguistic features can satisfy tactical aims. At the same time, the same schematic imaging system is useful for understanding how specific patterns can be used in combination to satisfy different strategic goals [...] Force-dynamic patterns play a critical role in structuring concepts at the local lexical, phrasal, and clausal levels, which in turn produce strategic effects at the global rhetorical level. (OAKLEY, 2005, p. 467)

A abordagem envolve, na consolidação proposta em Talmy (2000), quatro componentes: a. as entidades de força; b. a tendência intrínseca de movimento ou de repouso dessas forças; c. o seu equilíbrio; e d. a resultante de sua interação.

As entidades de força consistem no Agonista (AGO) e no Antagonista (ANT), noções conceptuais que podem ser mapeadas a distintas funções sintáticas e papéis temáticos na estrutura oracional. O Agonista consiste na entidade cuja tendência de força se encontra em foco. Tal tendência, que pode ser de movimento ou de repouso, será mantida a menos que a ação de um Antagonista possa revertê-la. Assim, o Antagonista configura-se na entidade que entra em oposição ao Agonista, podendo ou não impor sua tendência em relação a ele. Via de regra, a resultante — movimento/ação ou repouso — depende da interação entre as forças de ambas as entidades envolvidas. Vence a mais forte, conforme aponta a nossa própria experiência com forças, barreiras, restrições e compulsões.

Na sequência, expõem-se as representações que auxiliarão no procedimento analítico:



Quadro 1. Resumo das representações sobre o esquema conceptual de Dinâmica de Forças (baseado em Talmy, 2000, p. 414)

Dependendo da forma de interação entre os elementos retratados no Quadro 1, vários padrões podem emergir. Dentre eles, destacam-se a causação, a permissão, o esforço, a interdição, *a divisão de self*, a suspensão de bloqueio, alguns dos quais serão descritos durante a análise do *corpus*, dada sua importância na estruturação ideológica do texto.

Inicialmente, cabe, porém, apresentar um exemplo, extraído do texto a ser examinado na próxima seção, que permita compreender as relações anteriormente expostas e o modo pelo qual as representações propostas pelo autor são operacionalizadas em termos analíticos:

I. *A máquina de arrecadação de impostos no Brasil faz do governo sócio parasita de todo mundo que trabalha.*

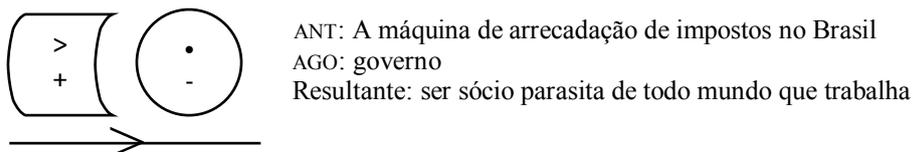


Figura I: Esquema de CAUSAÇÃO

A construção instancia o valor prototípico da interação entre forças, que consiste em um **causativo de ação**. O AGO, representado pelo círculo, consiste na entidade focal, identificada como aquela que tende, primariamente, a agir ou não agir, a sentir ou não sentir, a ser ou não ser, em uma cena conceptualizada. No caso, tal entidade é representada pelo *governo*, cuja tendência é *não ser sócio parasita dos trabalhadores*, o que já serve como índice do posicionamento autoral acerca do papel esperado do Estado. O fato de a tendência ser negativa consiste na motivação linguística para a marcação de repouso (•).

Já o ANT constitui-se na entidade que irá opor-se à tendência do AGO, podendo ou não revertê-la, o que depende da intensidade relativa das forças exercidas por eles, representada pelos sinais de + e de -, inseridos na parte interior das figuras. As formas verbais causativas e modais, certas conjunções e preposições, dentre outros recursos, consistem nos elementos linguísticos que operam, cognitivamente, no sentido de ativar valores de intensidade e o modo de interação entre as entidades. No caso, o verbo *fazer* causativo sinaliza que eles se confrontarão diretamente e que a força do ANT é superior à do AGO; por isso, este recebe sinal negativo, e aquele, positivo.

O segmento de reta inserido abaixo do esquema representa a resultante entre as forças, responsável por assinalar o que ocorre — factual ou projetivamente, na perspectiva do conceptualizador — com o AGO. No caso, inseriu-se a seta no segmento, devido ao fato de ter sido a tendência à ação que venceu, levando o AGO a mudar seu comportamento e agir em sentido oposto, ou seja, contra a expectativa-base da voz autoral.

Cada tipo de padrão de interação entre forças explora relações diferentes entre AGO e ANT, com alternância em termos de repouso e movimento, intensidade e formas de confrontação. Por exemplos, formas concessivas constroem um ANT mais fraco em relação ao AGO, incapaz de reverter sua tendência, apesar de chocar-se com aquilo que o produtor textual constrói como esperado em termos da atividade deste último.

Isso posto, mostrar-se-á, na próxima seção, de que modo as categorias cognitivas selecionadas podem ser aplicadas para a apreensão das pistas textuais instanciadas pela voz autoral no sentido de instigar, no conjunto de leitores, uma conceptualização fortemente marcada em termos ideológicos.

### 3. Análise discursivo-textual: Metáfora, Dinâmica de Forças e Ideologia

O material selecionado para a análise consiste em um artigo de opinião denominado *Basta*, publicado na Folha de S. Paulo, em 20 de agosto de 2012, no Caderno *Ilustrada*, de autoria do filósofo Luiz Felipe Pondé. O objetivo da análise é mostrar de que forma o autor se vale de metáforas e de esquemas de força para construir seu posicionamento ideológico, rechaçando as recentes medidas do governo petista no que tange à promoção de ações afirmativas e de medidas que enfatizam a “justiça social”, nos dizeres do autor.

Segue, abaixo, o texto:

**Basta**

*Luiz Felipe Pondé*

#### **O que é corrupção ideologicamente justificada? O PT diz 'porque sou do bem, roubo'**

A Anvisa é uma das agências fascistas que querem controlar nossas vidas nos mínimos detalhes, com sua proposta de exigir receita médica para comprar remédios tarja vermelha. É uma das pragas contemporâneas.

Não acredito na boa vontade nem na ciência desses tecnocratas da Anvisa. Acho que eles se masturbam à noite sonhando como vão controlar a vida dos outros em nome da saúde pública. Não acredito em motivações ideológicas para nada, apenas em taras sexuais escondidas. Freud na veia...

Dou mais dois exemplos desse tipo de praga: proibir publicidade para crianças e cotas de 50% nas universidades federais para índios, negros e pobres (alguma pequena porcentagem neste último caso vá lá).

Nós, contribuintes, não podemos nos defender dessa lei das cotas. Essa lei rouba nosso dinheiro na medida em que somos nós que pagamos pelas universidades federais.

Até quando vamos aceitar esta ditadura "light" que "bate nossa carteira" dizendo que é em nome da justiça social? "Justiça social" é uma das assinaturas do fascismo em nossa época.

O fascismo não morreu, e um dos maiores desserviços que minha classe intelectual presta à sociedade é deixar que as pessoas pensem que o fascismo morreu. Aldous Huxley ("Admirável Mundo Novo"), George Orwell ("1984") e Ayn Rand ("A Revolta de Atlas") deveriam ser adotados em todas as escolas para ensinar o que os professores não ensinam e deveriam ensinar: que o fascismo não morreu.

O fascismo é a marca de tecnocratas e políticos que querem governar a vida achando que somos idiotas incapazes de decidir e que usam nosso dinheiro para esconder suas incompetências e sustentar suas ideologias "do bem". Querem nos tornar idiotas e pobres, para depois "tomar conta de nós".

O governo brasileiro, que flerta com o fascismo, engana as pessoas se concentrando em temas da "igualdade" e "saúde pública". A proposta de cotas nas universidades federais, além de populismo sem-vergonha, maquia a incompetência imoral do governo em retribuir à sociedade o que arrecada monstruosamente em impostos. A máquina de arrecadação de impostos no Brasil faz do governo sócio parasita de todo mundo que trabalha.

Em vez de investir dinheiro na educação básica, sua obrigação, o governo usa o dinheiro público em aventuras como o mensalão, se escondendo atrás de medidas (cotas nas universidades, controles da Anvisa, proibição de publicidade para crianças) que não arranham a corrupção ideologicamente justificada inventada pelo PT, mas que têm grande apelo publicitário.

O que é corrupção ideologicamente justificada? Você se lembra do "rouba, mas faz"? O PT diz "porque sou do bem, posso roubar". Essas leis não atrapalham a corrupção porque não disputam dinheiro com a corrupção. O pior é que, como parte do corpo de professores e funcionários das universidades federais é também fascista, acha isso tudo lindo.

Quanto à proibição da publicidade infantil, todo mundo sabe que só a família e a escola podem fazer alguma coisa para educar crianças. Todo mundo sabe que é difícil educar, ocupar e conviver dizendo "não" para as crianças. Todo mundo sabe que, quanto menos a mãe está em casa e quanto mais ela é só e menos tempo tem para criança, mais a criança come porcaria.

E quanto mais isso tudo acontece, mais se precisa de escola pública competente para preencher o vazio de famílias que não cumprem sua função, ainda que nunca seja a mesma coisa. Mas escola pública atrapalha a corrupção porque gasta o dinheiro da "mesada do bem". Mais barato para o governo é brincar de proibir a publicidade infantil.

Os mesmos que gozam pensando em mandar na vida dos outros são os que mentem quando não dizem que as crianças comem porcarias porque ficam largadas em casa sem mãe para tomar conta delas (e sem boas escolas). Não precisa ser gênio para saber que, sem mãe atenta, nada funciona na vida das crianças.

Os mesmos que cospem na cara da família como instituição, estimulam as mulheres a pensarem só em si mesmas e acusam a família de ser autoritária são os que pedem a proibição da publicidade infantil.

O artigo de Pondé apresenta uma série de metáforas que estruturam seu posicionamento ideológico e os argumentos pelos quais ele defende suas teses. Duas das mais importantes abrangem um mapeamento do domínio-fonte da biologia e da patologia para o domínio-alvo da sociopolítica e envolvem pragas e parasitas: JUSTIÇA SOCIAL É PRAGA e GOVERNO É PARASITA.

A primeira pode ser analisada, em termos de integração conceptual, do seguinte modo:

Input 1	Input 2	Genérico	Mescla
Justiça Social Proliferação de medidas Gastos financeiros Inclusão dos desfavorecidos Contribuinte Compensação social	Praga Alto contágio Danos à saúde Potencial destrutivo Difícil remediação Não discrimina vítimas Paciente/Vítima Calamidade pública	Proliferação/contágio = disseminação Danos/gastos = prejuízo Contribuinte/paciente/ vítima = indivíduos afetados negativamente	Medidas de justiça social proliferam, gerando gastos que danificam a saúde financeira dos contribuintes, que não deviam arcar com tal preço.

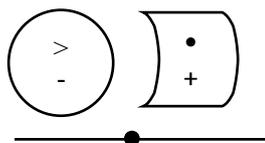
Quadro 2: Integração conceptual referente à Metáfora JUSTIÇA SOCIAL É PRAGA

O fato de a metáfora associar saúde biológica a saúde financeira, por um lado, e contribuinte a vítima, por outro, mistifica os problemas de desigualdade de acesso vigentes atualmente, focalizando apenas a dimensão econômica. Os supostos danos financeiros que acometem os trabalhadores são construídos como superiores aos danos sociais que o *status quo* lhes inflige, dentre os quais se incluem os temas tratados no texto, como a exclusão desse grupo em termos do acesso ao ensino superior, o consumo, muitas vezes fatal, de medicamentos sem prescrição e o possível prejuízo à saúde de crianças, encantadas por alimentos que seduzem pelo gosto e pela propaganda, mas não por suas qualidades nutricionais.

Além disso, é por meio dessa integração conceptual que se torna possível afirmar que *Nós, contribuintes, não podemos nos defender dessa lei de cotas*. Por meio da forma modal polarizada negativamente *não podemos*, a voz autoral constrói uma **incapacidade** constitutiva de resistir à praga, baseada num esquema de forças no qual a *justiça social*, implícita, é mapeada no Antagonista, mais forte, e os *contribuintes (nós)*, no Agonista, mais fraco, cuja tendência de movimento associada à resistência (defesa) é vencida pelo repouso inerente ao Antagonista, conforme mostra o esquema abaixo<sup>6</sup>:

<sup>6</sup> Em II, optou-se por representar o AGO à esquerda do ANT. O modelo não prevê uma ordenação rígida das entidades. A decisão foi tomada em termos de iconicidade. Bloqueios consistem em manifestações de **causação** de **repouso**, o que está ligado ao impedimento da ação do AGO pelo ANT. Nesse sentido, parece mais fácil entender a representação inserindo o elemento bloqueador à direita, em repouso, como se impedisse o fluxo do primeiro, à esquerda. As razões são, portanto, meramente didáticas, ligadas a fins expositivos. A mesma ordenação será utilizada para casos de **permissão** e **contribuição**.

II.



AGO: nós, contribuintes  
 ANT: justiça social  
 Resultante projetada<sup>7</sup>: não nos defender dessa lei de cotas

Figura II: Esquema de BLOQUEIO

A incapacidade de resistir a pragas consiste em aspecto pertinente ao *frame* do *input 2*, que as correlaciona a calamidades públicas de grande abrangência, motivadas, de modo geral, por agentes biopatológicos de alto contágio e de difícil contenção. A lei de cotas passa, então, a ser vista como um desses agentes, ou seja, como uma medida que danifica a saúde do contribuinte — no caso, a financeira. Tal domínio é, então, aproveitado para a construção da metáfora GOVERNO É PARASITA, conforme se depreende em *A máquina de arrecadação de impostos no Brasil faz do governo sócio parasita de todo mundo que trabalha*.

Input 1	Input 2	Genérico	Mescla
Governo Cobrança de impostos Retribuição em serviços Justiça Social Contribuinte	Parasita Relação desarmônica Danos à saúde do hospedeiro Vantagem para o parasita Morte	Governo/parasita = explorador Cobrança de impostos/relação desarmônica = vantagem unilateral Contribuinte/hospedeiro = explorado	O governo parasita o contribuinte — um hospedeiro —, aproveitando-se de seu metabolismo — impostos — para tirar vantagens eleitorais, em vez de retribuir em serviços, de fato, benéficos.

Quadro 3: Integração conceptual referente à Metáfora GOVERNO É PARASITA

A associação entre a ação governamental e a relação parasítica é fundamental para a argumentação autoral, na medida em que Pondé calca a crítica ao governo petista na sua suposta incapacidade de proporcionar benefícios reais para a população. Os potenciais ganhos viabilizados pela justiça social são, na verdade, reconstruídos como vantagens apenas para o governo, uma vez que seria por meio de tais medidas que ele conseguiria se reeleger continuamente.

Uma das consequências desse jogo metafórico consiste na emergência da associação entre parasitar e roubar — *Essa lei rouba nosso dinheiro [...]; Até quando vamos aceitar esta ditadura “light” que “bate nossa carteira” [...]*. Uma vez que o governo é conceptualizado como um agente que usa o dinheiro do contribuinte em benefício próprio, sem devolver-lhe os serviços apropriados — do mesmo modo que o parasita se vale do metabolismo do organismo para se nutrir sem compensá-lo —, é possível tratá-lo como um criminoso, como um agente que rouba o trabalhador.

É, portanto, na relação entre as duas metáforas e suas redes de significados vinculados — de modo a formar um complexo metafórico — que se sustenta a representação enunciada no olho da coluna: *O PT diz ‘porque sou do bem, roubo’*. Na medida em que GOVERNO É PARASITA, ROUBAR É PARASITAR e JUSTIÇA SOCIAL É PRAGA — considerando, por um lado, que

<sup>7</sup> Instâncias modais, em geral, não implicam a factualidade da resultante, mas uma projeção autoral acerca da necessidade ou da probabilidade de sua ocorrência ou ainda do potencial ou do desejo de sua realização.

pragas são resultado de infecções parasíticas que se alastram, prejudicando a população, e, por outro, que medidas de justiça social tendem a ser vistas, pela classe trabalhadora e pela esquerda, como práticas benéficas —, é possível desvelar a representação do filósofo e compreender o que embasa sua avaliação do PT quando afirma que esse partido pratica *corrupção ideologicamente justificada*. Trata-se, portanto, de um posicionamento que vê nas ações afirmativas e nas medidas de assistência uma prática demagógica de manutenção de poder, que facilita a corrupção e que só é louvada por seus beneficiários — supostamente “cegos” —, conforme se mostrará posteriormente.

Entretanto, o governo e o Estado não são apenas metaforizados em termos de agentes patológicos e biológicos. Eles também são construídos como pais, por meio da metáfora *RELAÇÕES ENTRE GOVERNO E CIDADÃO SÃO RELAÇÕES ENTRE PAIS E FILHOS*. Tal estrutura é central para a desconstrução das medidas de justiça social realizadas no texto. Destacam-se os seguintes complexos oracionais: *Querem nos tornar idiotas e pobres, para depois “tomar conta de nós”* e *Mas escola pública atrapalha a corrupção porque gasta o dinheiro da “mesada do bem”*.

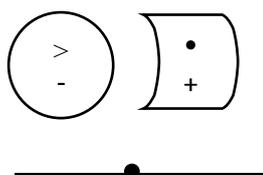
Inicialmente, deve-se atentar para o fato de que as aspas indicam um distanciamento em relação ao dito, marcando que a voz autoral não partilha dessa concepção de mundo, atribuindo-a, assim, ao governo petista. Posteriormente, torna-se relevante notar que as expressões *tomar conta de nós* e *mesada* remetem ao âmbito das relações entre pais e filhos, nas quais aqueles devem zelar pela vida desses, controlando aquilo que lhes pode fazer mal e proporcionando-lhes uma quantia de dinheiro, em geral, baixa, para que gastem, com parcimônia e consciência, naquilo que desejarem e, assim, aprendam a lidar com a realidade financeira.

Tal metáfora está diretamente ligada à concepção de Estado paternalista. Segundo Martinelli (2010, p. 100), o paternalismo apresenta as seguintes características:

- (a) um comportamento, positivo ou negativo, no sentido de informar ou obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer algo;
- (b) falta de confiança de quem age em relação à capacidade de alguém;
- (c) segurança suficiente sobre aquilo que se entende ser melhor a alguém;
- (d) contrariedade à vontade de alguém;
- (e) objetivo, final ou não, de promover um bem ou evitar um mal.

É contra esse Estado que a crítica do filósofo se volta. Ser pai, no caso, não é positivo; a metáfora autoral infantiliza o cidadão, apontando para um Estado desconfiado de que o indivíduo não consiga exercer seu poder decisório no que concerne a atitudes que prejudiquem ou não a si ou ao outro. É por isso que o autor ressalta os bloqueios impostos pelo governo por meio de estruturas de Dinâmica de Forças que instauram **interdição**. O esquema abaixo representa o fenômeno:

III.



ANT: proposta da Anvisa/governo/cotas  
 AGO: cidadão/agências de publicidade/estudantes não minoritários  
 Resultante: não comprar remédio tarja vermelha/ não lançar publicidade infantil/ não ingressar em universidade federal

Figura III: Esquema de BLOQUEIO

Ao ressaltar os bloqueios, a voz autoral constrói o governo, suas medidas e as agências a ele subordinadas como agentes de interdição de uma tendência social à movimentação, ou seja, a ações que seriam consequência natural do comportamento dos Agonistas. A postura é ideológica, e o exemplo das cotas permite explicar bem esse teor.

Do mesmo modo que as cotas podem ser construídas da forma anteriormente representada — concebendo-as como ANT mais forte que bloqueia a tendência de movimento do AGO, no caso, os estudantes não vinculados a grupos minoritários que, provavelmente, seriam aprovados no exame vestibular devido a um acesso privilegiado em termos de educação —, elas também podem ser conceptualizadas por meio de um esquema de **contribuição**. Neste, a ação afirmativa consistiria em um Agente Externo que causaria o desengajamento do ANT — o vestibular —, permitindo que a tendência do AGO, os estudantes de grupos minoritários, fosse exercida; no caso, o ingresso na universidade. Ter-se-ia, assim, o esquema a seguir:

IV.

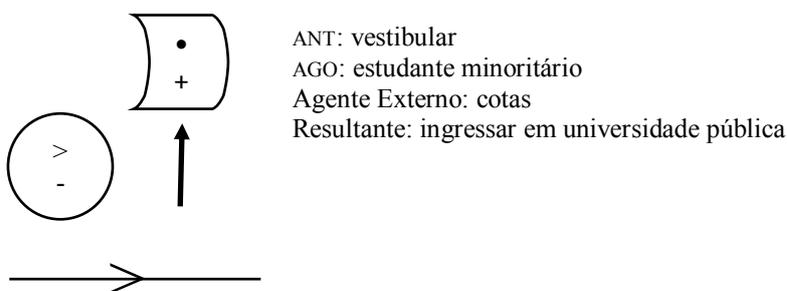


Figura IV: Esquema de CONTRIBUIÇÃO

A construção autoral, embora foque o esquema III, também ativa este último, na medida em que há uma condenação dessa forma de inserção social, marcada pela instanciação da avaliação *populismo sem-vergonha*. Tal julgamento implica dois aspectos centrais da conceptualização de Pondé: em primeiro lugar, haveria uma priorização governamental de uma classe social — de baixa renda — em detrimento de outra; em segundo lugar, ocorreria uma tentativa de camuflar um problema social mais amplo por uma medida paliativa, um engodo, ignorando, assim, os possíveis reajustes, ainda que parciais, em termos de um acesso mais igualitário ao ensino superior. Será essa postura que o articulista comparará ao *fascismo*, o que facilita a apreensão de modelos de bloqueios e imposições de forças, dado o conhecimento de mundo do leitor sobre o tema, que envolve a noção de **autoritarismo**.

É possível mapear, no texto, uma série de características que evidenciam o posicionamento autoral sobre o *fascismo* e a sua associação a posturas governamentais. Nele, o fascismo é *a marca de tecnocratas e políticos que querem governar a vida* do cidadão, infantilizando-o e roubando-o, de forma a buscar parecer ser “do bem”, quando, na verdade, maquiavam e escondem suas incompetências.

É relevante apontar a metáfora conceptual subjacente às representações de que 1. *a proposta de cotas nas universidades federais [...] maquia a incompetência imoral do governo* e de que 2. *o governo usa o dinheiro público em aventuras como o mensalão, se escondendo*

*atrás de medidas [...] que não arranham a corrupção ideologicamente justificada inventada pelo PT.* No primeiro caso, concebe-se que um elemento de ordem semiótica — proposta de cotas — é capaz de disfarçar uma propriedade de uma instituição — incompetência governamental. No segundo caso, práticas — uso de dinheiro público — podem ser encobertas por outras — medidas de justiça social. Em outros termos, AÇÕES, PROPRIEDADES E FENÔMENOS SEMIÓTICOS SÃO OBJETOS, podendo, então, ser entendidos em termos físicos, estabelecendo entre si relações pertinentes a esse domínio; no caso, a camuflagem. Ao esconder-se, o governo engana a população, parasitando-a sem que ela perceba. Por conseguinte, o colunista torna-se um agente de denúncia.

A construção dessa imagem de agente de denúncia fica patente quando afirma que *O fascismo não morreu*, valendo-se, posteriormente, de um esquema de forças complexo de **permissão** e **causação**, que atua, num primeiro plano, como autocrítica e, num segundo plano, como proposta de solução. Seguem o trecho e as representações de força:

*[...] um dos maiores desserviços que minha classe intelectual presta à sociedade é deixar que as pessoas pensem que o fascismo morreu. Aldous Huxley [...], George Orwell [...] e Ayn Rand [...] deveriam ser adotados em todas as escolas para ensinar [...] que o fascismo não morreu.*

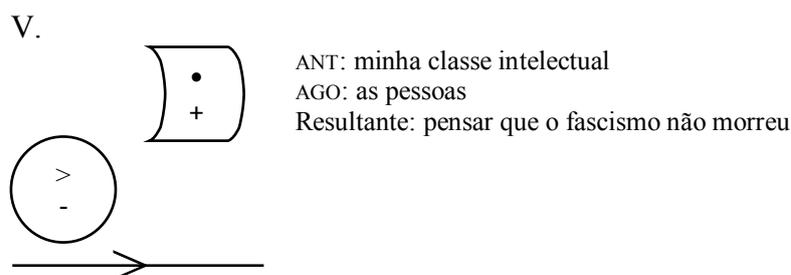


Figura V: Esquema de PERMISSÃO

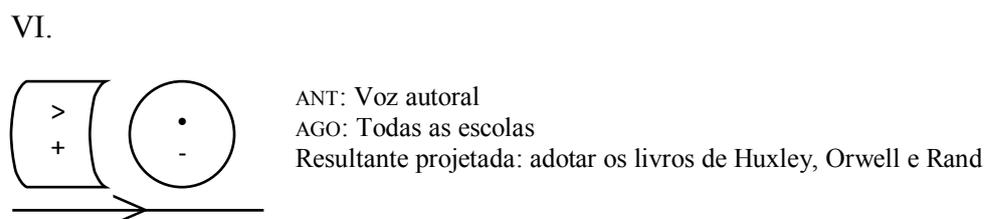


Figura VI: Esquema de CAUSAÇÃO

A denúncia reside, portanto, na omissão da categoria intelectual que, por um lado, não bloqueia a mentira e, por outro, não viabiliza os meios de revelá-la — no caso, a verdade seria o fato de o fascismo não ter morrido. Note-se que, no esquema V, o ANT desengaja o AGO, mais fraco, possibilitando que a sua tendência de crença “errônea” se manifeste, e que, no esquema VI, a voz autoral calca em sua autoridade a força para construir uma sugestão de ação que solucionaria o problema da omissão dos docentes. Para a voz autoral, de posse do conhecimento advindo das leituras indicadas, tornar-se-ia possível perceber a ‘camuflagem’ do governo e, assim, resistir ao paternalismo. Tal fonte externa de conhecimento constituir-se-

ia nos anticorpos contra o parasita que incita a praga que assola o contribuinte e danifica sua saúde financeira.

Por fim, deve-se ressaltar a construção autoral acerca da publicidade infantil, que envolve a relação entre mãe e filho. Inicialmente, cabe mencionar a completa omissão da figura paterna, relegando a função do cuidado com a criança à figura materna, o que aponta para um posicionamento contrário à emancipação feminina. Várias instâncias do esquema de **causação** sustentam uma relação direta entre a ação da mãe e a da criança, estabelecendo um nexos causal entre elas:

## VII.

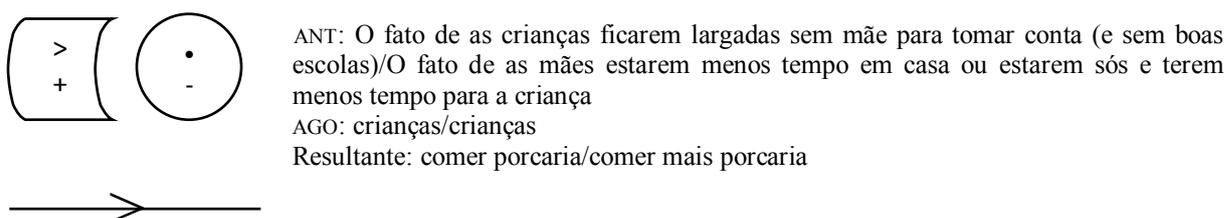


Figura VII: Esquema de CAUSAÇÃO

Repare-se que a concepção autoral promove a responsabilização materna, em primeiro plano, e escolar, em segundo, pelo ato de as crianças comerem ‘porcaria’, subtraindo da publicidade infantil sua parcela de culpa na situação. É relevante apontar que o papel da escola no contexto encontra-se associado a *preencher o vazio de famílias que não cumprem sua função*. A construção do *vazio* invoca o Esquema Imagético de CONTÊINER, concebendo a criança como CONTINENTE, a educação como CONTEÚDO, e a família como agente que preenche o continente com um dado conteúdo. Se a família falha, a escola deve assumir esse papel. Entretanto, a construção autoral do parasitismo rejeita a ideia de que o governo invista realmente em algo benéfico para a população; proibir a publicidade infantil torna-se, então, a solução, uma vez que, se não há o estímulo fornecido pela publicidade, não há necessidade de que as crianças sejam preparadas — seja pela educação familiar, seja pela formal — para resistir a ele.

Mais uma vez, o governo é construído como um agente que promove ações superficiais, baseadas em um pensamento apenas pretensamente “do bem”, na medida em que a promoção da justiça social e da igualdade constitui-se em um esquema de camuflagem que, longe de resolver os reais problemas, serve somente para extorquir dinheiro do contribuinte, sem solucionar, de fato, as questões primordiais. Em outras palavras, tais medidas consistem exclusivamente em ações paliativas voltadas a agradar pontualmente o eleitorado. Para Pondé, a estrutura social nunca é, de fato, focalizada pela atual administração.

Se aqueles que foram lesados pelo desconhecimento dos efeitos da automedicação, se os alunos provindos de grupos minoritários que somente conseguiram cursar um ensino superior de qualidade e gratuito graças às cotas, e se as mulheres que, depois de tanto esforço, têm ocupado um papel social que excede o domínio maternal e doméstico, alcançando projeção no mercado de trabalho e independência na vida afetiva, concordam com ou discordam da posição do autor, é uma questão empírica que implica uma pesquisa de recepção. Entretanto, o que se depreende é que não são esses grupos os leitores ideais de Pondé (MARTIN; WHITE, 2005). O seu leitor ideal é aquele que rechaça a integração social

e vê na liberdade de mercado o valor mais alto, acima, inclusive, dos potenciais danos advindos de uma postura radicalmente economicista. Contudo, seu leitor visado é aquele que será provocado pela atitude anti-inclusiva — aqueles a que o próprio autor denomina *esquerda*, no conjunto de seus textos.

É justamente em defesa desses grupos oprimidos e contra a manipulação discursiva realizada pelos grupos sociais hegemônicos — que, muitas vezes, vilanizam atores sociais que buscam promover maior igualdade de acesso e naturalizam determinadas assimetrias em nome de supostas liberdades — que o analista crítico do discurso se volta pela desconstrução dos meios de imposição ideológica.

## Considerações finais

O objetivo deste artigo foi mostrar o potencial da Linguística Cognitiva para um exame minucioso da **construção** da ideologia no discurso, permitindo, assim, ao analista **desconstruir** os modos pelos quais a voz autoral incita determinadas conceptualizações da realidade.

Enfocaram-se, para tal, dois importantes componentes: as metáforas, a partir da Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980; VEREZA, 2007) e da Teoria da Integração Conceptual (FAUCONNIER; TURNER, 2002), e a Dinâmica de Forças (TALMY, 2000; OAKLEY, 2005; HART, 2014), ainda pouco explorada — tanto em termos sistêmicos quanto em termos discursivos — nos estudos que envolvem o Português Brasileiro.

Desse modo, mostrou-se, primeiramente, de que forma as metáforas configuravam uma rede complexa de relações de significado, que envolvia uma extensão do biológico para o sociopolítico. Posteriormente, examinaram-se as consequências dessa integração conceptual para a avaliação crítica do columnista em relação ao atual governo. Por fim, desvelou-se de que maneira as conceptualizações de força permitiram compreender o posicionamento autoral relativo à associação entre as medidas governamentais e o fascismo.

Isso posto, deseja-se realizar um convite para que novas pesquisas em Análise Crítica do Discurso — e também em outras vertentes de estudos discursivos — passem a considerar o aparato da Linguística Cognitiva como base para uma análise linguística pertinente, voltada a apreensão dos padrões conceptuais ligados à construção intersubjetiva do significado em diversos contextos de uso. Ainda há muito a ser investigado no que concerne à relação entre atenção, memória, categorização, forças e metaforização no âmbito exclusivamente linguístico e também no domínio discursivo. Os caminhos estão abertos; falta apenas trilhá-los.

## Convergences between Critical Discourse Analysis and Cognitive Linguistics: Conceptual Integration, Metaphor and Force Dynamics

ABSTRACT: This paper aims to discuss the possibility of convergence between Cognitive Linguistics and Critical Discourse Analysis, by showing in which ways the categories proposed by the first approach can contribute to the analysis of discourses, genres and styles and to the deconstruction of hegemonic representations and ideologies, fundamental objectives in a critical discourse study. In order to do so, the article *Basta*, by the philosopher Luiz Felipe Pondé and published in the newspaper *Folha de S. Paulo*, was analyzed in terms of the Theory of Conceptual Metaphor (LAKOFF; JOHNSON, 1980; GRADY, 2007), the Conceptual Integration approach (FAUCONNIER; TURNER, 2002; GRADY, 2007) and the Force Dynamics perspective (TALMY, 2000; HART, 2014), thus allowing the researcher to examine the ways whereby the authorial voice instantiates

discursive-linguistic cues oriented towards the reconstruction of ideologically biased meanings by the reader. In the analysis in focus, it was verified that metaphors which mapped the biopathological source domain into the sociopolitical target domain were prevalent, inciting conceptualizations that link social justice measures to plagues and the government to parasites. Moreover, the force dynamics patterns of *blocking* were relevant as a form of signaling potential traits of fascism in the government actions.

Keywords: Conceptual Metaphor; Conceptual Integration; Force Dynamics; Cognitive Linguistics; Critical Discourse Analysis.

## Referências

BHASKAR, Roy. *Scientific Realism and Human Emancipation*. Hassocks: Harvester, 1986.

BHASKAR, Roy. *Reclaiming Reality*. London: Verso, 1989.

CIENKI, Alan. Frames, Idealized Cognitive Models, and Domains. In: GEERAETS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (org.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 170-187.

CHARTERIS-BLACK, Jonathan. *Politicians and rhetoric: The persuasive power of metaphor*. Basingstoke: Palgrave-MacMillan, 2005.

CHILTON, Paul. Missing links in mainstream CDA: Modules, blends and the critical instinct. In: WODAK, Ruth; CHILTON, Paul (org.) *A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: Theory, Methodology and Interdisciplinarity*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005, p. 19-52.

DIRVEN, René; POLZENHAGEN, Frank; WOLF, Hans-George. Cognitive Linguistics, Ideology, and Critical Discourse Analysis. In: GEERAETS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (org.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 1222-1240.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analyzing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. 2<sup>a</sup> ed. Harlow: Longman, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman; JESSUP, Bob; SAYER, Andrew. Critical realism and semiosis. In: FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. 2<sup>a</sup> ed. Harlow: Longman, 2010.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*. In: GEERAETS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (org.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 351-376.

FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. *The way we think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

GEERAERTS, Dirk. Recontextualizing grammar: Underlying trends in thirty years of Cognitive Linguistics. In: TABAKOWSKA, Elzbieta; CHOINSKI, Michal; WIRASZKA, Lukasz. (org.) *Cognitive Linguistics in action: from theory to application and back*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010, p. 71-102.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GRADY, Joseph E.. Metaphor. In: GEERAERTS, Dirk & CUYCKENS, Hubert (org.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 188-213.

HALLIDAY, Michael. *Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. Revisado por Christian Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004.

HART, Christopher. *Critical Discourse Analysis and Cognitive Science: New Perspectives on Immigration Discourse*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

HART, Christopher. Force-interactive patterns in immigration discourse: a Cognitive Linguistic approach to CDA. *Discourse & Society*, 22(3), 2011, p. 269-286.

HART, Christopher. *Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives*. London: Bloomsbury, 2014.

KOLLER, Veronika. Critical discourse analysis and social cognition: evidence from business media discourse. *Discourse & Society*, v. 16, n. 2, 2005, p. 199-224.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphor we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar: descriptive applications*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, Ronald. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

MARTIN, James; WHITE, Peter. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MARTINELLI, João Paulo Orsini. *Paternalismo jurídico-penal*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

MELO, Iran F. (org.) *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. Campinas: Pontes, 2012.

NAGEL, Jonas & WALDMANN, Michael R. Force dynamics as a basis for moral intuitions. In: MIYAKE, N., PEEBLES, D., & COOPER, R. P. (org.). *Proceedings of the 34th Annual Conference of the Cognitive Science Society*. Austin, TX: Cognitive Science Society, 2012, pp. 785-790.

OAKLEY, Todd. Force-dynamics dimensions of rhetorical effect. In: HAMPE, Beate; GRADY, Joseph (org.) *From perception to meaning: image schemas in Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

PALUMBO, Renata. *Referenciação, metáfora e argumentação no discurso presidencial*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) —Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

RESENDE, Viviane & RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

TALMY, Leonard. *Towards a Cognitive Semantics*. Vol. 1. Cambridge: MIT Press, 2000.

VAN DIJK, Teun A. *Ideología: uma aproximación multidisciplinaria*. Sevilla: Gedisa Editorial, 1999.

VAN DIJK, Teun A. *Ideología y discurso: uma introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Ariel, 2003.

VEREZA, Solange C. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em (Dis)curso — LemD*, v. 7, n. 3, 2007, p. 487-506.

Data de envio: 17/05/2014

Data de aceite: 27/02/2015

Data de publicação: 23/04/2015